



**CENTRO UNIVERSITÁRIO GOYAZES – UNIGOYAZES
CURSO DE NUTRIÇÃO**

**INSEGURANÇA ALIMENTAR E FATORES ASSOCIADOS ENTRE A
COMUNIDADE QUILOMBOLA VÓ RITA – TRINDADE GOIÁS**

**Ianny Keezhy Barini Pinheiro
Thaís Ramos Araújo**

Orientador: Prof. Thainá Gomes Pinheiro

Trindade-GO

2024

CENTRO UNIVERSITÁRIO GOYAZES – UNIGOYAZES
CURSO DE NUTRIÇÃO

**INSEGURANÇA ALIMENTAR E FATORES ASSOCIADOS ENTRE A
COMUNIDADE QUILOMBOLA VÓ RITA – TRINDADE GOIÁS**

Ianny Keezhy Barini Pinheiro

Thaís Ramos Araújo

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro Universitários
Goyazes – UniGoyazes como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Nutrição.**

Orientador: Prof. Thainá Gomes Pinheiro

Trindade - GO

2024

Ianny Keezhy Barini Pinheiro

Thaís Ramos Araújo

**INSEGURANÇA ALIMENTAR E FATORES ASSOCIADOS ENTRE A
COMUNIDADE QUILOMBOLA VÓ RITA – TRINDADE GOIÁS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitários Goyazes –
UniGoyazes como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Nutrição, aprovada
pela seguinte banca examinadora:

Prof. Thainá Gomes Pinheiro
Centro Universitário Goyazes - UniGoyazes

Prof. Ms. Larissa de Farias Alves
Centro Universitário Goyazes - UniGoyazes

Joelma Fundão de Carvalho
Hospital Dia Augusta

Trindade - GO

06/12/2024

INSEGURANÇA ALIMENTAR E FATORES ASSOCIADOS ENTRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA VÓ RITA – TRINDADE GOIÁS

Ianny Keezhy Barini Pinheiro¹; Thaís Ramos Araújo¹; Thainá Gomes Pinheiro²

RESUMO

INTRODUÇÃO: A alimentação e a nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e proteção da saúde, quando este requisito básico é violado pode ser conceituado de Insegurança Alimentar (IA), que se denomina como carência de acesso social, econômico e físico dos alimentos em quantidade e qualidade adequada para suprir todas as necessidades nutricionais de cada indivíduo, respeitando a necessidade individual, cultural, econômica, social e biológica. Torna-se importante o mapeamento das condições de IA entre grupos vulnerabilizados historicamente, dentre estes, os Povos e Comunidades Tradicionais. **OBJETIVOS:** Esse trabalho tem por objetivo mapear os níveis de IA entre uma comunidade quilombola localizada no município de Trindade (GO), e correlacioná-los à aspectos socioeconômicos e demográficos. **METODOLOGIA:** Foi aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), além de questionário para o levantamento de variáveis socioeconômicas e demográficas – idade, renda, raça ou cor, sexo e nível de escolaridade. Os questionários foram aplicados de forma presencial. O público participante da pesquisa serão famílias do Quilombo Vó Rita. **RESULTADOS:** Mais de 60% dos participantes viviam algum nível de insegurança alimentar, sendo eles, insegurança alimentar leve: 10,71%, insegurança alimentar moderada: 21,43% e insegurança alimentar grave: 7,14%. **CONCLUSÃO:** A maioria dos moradores da comunidade quilombola Vó Rita vivem em situação de insegurança alimentar, estando mais prevalente em lares chefiados por mulheres pretas e com baixos níveis de escolaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Insegurança alimentar e nutricional. Comunidades quilombolas. Direito Humano à Alimentação adequada.

FOOD INSECURITY AND ASSOCIATED FACTORS IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY VÓ RITA – TRINDADE GOIÁS

ABSTRACT

INTRODUCTION: Food and nutrition are basic requirements for the promotion and protection of health. When this basic requirement is violated, it can be conceptualized as Food Insecurity (FI), which is defined as the lack of social, economic, and physical access to food in adequate quantity and quality to meet the nutritional needs of each individual, respecting individual, cultural, economic, social, and biological needs. Mapping the conditions of FI among historically vulnerable groups, including Traditional Peoples and Communities, is important. **OBJECTIVES:** This study aims to map the levels of FI within a quilombola community located in the municipality of Trindade (GO) and correlate them with socioeconomic and demographic aspects. **METHODOLOGY:** The Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA) will be applied, along with a questionnaire to collect socioeconomic and demographic variables—age, income, race or color, sex, and educational level. The questionnaires will be administered in person. The research participants will be families from the Quilombo Vó Rita. **RESULTS:** More than 60% of participants experienced some level of food insecurity, namely mild food insecurity: 10.71%, moderate food insecurity: 21.43% and severe food insecurity: 7.14%. **CONCLUSION:** The majority of residents of the Vó Rita quilombola community live in a situation of food insecurity, which is more prevalent in households headed by black women and with low levels of education.

KEYWORDS: Food and nutritional insecurity. Quilombola communities. Human right to adequate food.

¹Acadêmico do Curso de Nutrição do Centro Universitário Goyazes – UniGoyazes

²Orientador: Prof. Thainá Gomes Pinheiro do Centro Universitário Goyazes – UniGoyazes

INTRODUÇÃO

A Insegurança Alimentar (IA) é uma das expressões de violação de direitos humanos, sobretudo do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. As condições alimentares, especialmente entre famílias que vivem em situação de extrema pobreza, decorrem de severas limitações de recursos disponíveis para as famílias (Pourmotabbed et al., 2020).

Em populações nas quais a alimentação e nutrição não são adequadamente alcançadas em termos de quantidade e qualidade, devido a limitações de acesso social, econômico e físico aos alimentos, tem-se o cenário de Insegurança Alimentar e Nutricional. A IA abrange fatores individuais, culturais, econômicos, sociais, biológicos e históricos que afetam o acesso a alimentação adequada e consequentemente a promoção e a proteção da saúde (Sabião et al., 2022).

Para o mapeamento da IA no Brasil é necessário recortes sociais e epistemológicos que incluam estudos entre populações historicamente vulnerabilizadas. Nesse sentido tem-se a necessidade de identificar quais os níveis de IA entre Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), como as comunidades quilombolas. Embora a escravidão negra no Brasil tenha acabado em 1888, as comunidades de negros ainda vivenciam grandes desigualdades socioeconômicas, especialmente entre aqueles que vivem em comunidades de descendentes de escravizados. Essas comunidades são chamadas de quilombolas e as pessoas que vivem nelas são conhecidas como quilombolas (Gubert et al., 2020).

As comunidades quilombolas são legalmente elegíveis para programas sociais (por exemplo, o programa de transferência condicional de renda Bolsa Família), políticas preferenciais para melhorar seu acesso à terra, desenvolvimento de infraestrutura, ações de promoção da qualidade de vida, apoio à produção local e autonomia econômica e às estratégias que visam a promoção e proteção de seus direitos e cidadania (Programa Brasil Quilombola). Infelizmente, até o momento, essas políticas não melhoraram substancialmente a situação da qualidade de vida dos quilombolas (Carvalho; Silva, 2013).

As mudanças alimentares atribuídas principalmente à fatores como: a progressão das comidas rápidas, o avanço dos alimentos ultra processados, diferentes formas de organização social do trabalho e a intensificação das vulnerabilidades sociais,

atingem também as comunidades tradicionais e consequentemente afetam o consumo alimentar nesses territórios (Figueiredo et al., 2011; Santos, 2012).

Tais condições expressam diferentes níveis de Insegurança Alimentar e Nutricional. No estudo de Silva et al. (2017), mostrou uma insegurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas. Compreende-se a insegurança alimentar como sendo um indicador de perversidade social relacionada à falta de acesso regular e permanente de alimentos em quantidade e qualidade suficientes, ou até mesmo à ansiedade com a ausência desse acesso em um futuro próximo, afetando a aquisição de outros bens e serviços essenciais (Panigassi et al., 2008). No passado, os quilombolas tinham uma relação tradicional com a terra fornecedora de alimentos e com a agricultura de subsistência sendo muito importante para sua segurança alimentar. Hoje, no entanto, isso mudou à medida que as atividades agrícolas nas comunidades quilombolas se tornaram cada vez mais difíceis de manter devido à falta de crédito, falta de ferramentas, altos custos de produção e baixos preços de venda das safras. Além disso, a degradação do ecossistema e as mudanças climáticas diminuíram a disponibilidade de alimentos da pesca e da caça, além de prejudicarem a fertilidade do solo (Furtado et al, 2014).

Essas grandes mudanças relacionadas à agricultura foram acompanhadas por uma maior proximidade com estradas que levam a áreas urbanas e mudanças econômicas estruturais, incluindo acesso a programas sociais e trabalho assalariado, ambos associados ao aumento do consumo de alimentos processados. Como resultado, as gerações mais jovens perderam sua conexão com a terra e a agricultura e seu acesso aos alimentos foi monetizado (Ferreira et al., 2014).

O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), realizado em 2020, relatou que 55,2% dos domicílios brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar e 9,0% conviviam com a fome. Este mesmo estudo apontou que, em lares chefiados por pessoas negras a IA foi de 65%, lares que conviviam com a fome, 18% (II VIGISAN, 2022).

Logo, cabe descrição narrativa do contexto de alimentação e nutrição, e suas intersecções com os campos sociais, culturais e políticos entre as comunidades

tradicionais quilombolas no estado de Goiás. Este estudo tem por objetivo mapear os níveis de IA entre uma comunidade quilombola localizada no município de Trindade (GO), e correlaciona-los à aspectos socioeconômicos e demográficos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo transversal, descritivo e analítico. Este tipo de estudo nos permitiu analisar a prevalência de insegurança alimentar do quilombo urbano em um momento específico, possibilitando a caracterização da situação alimentar e nutricional da comunidade.

A pesquisa foi conduzida na comunidade quilombola Vó Rita, localizada na cidade de Trindade - Goiás. Antes de iniciar as visitas domiciliares ocorreram reuniões online com as lideranças de cada núcleo do quilombo, na qual houve a explicação do objetivo da pesquisa, dos possíveis benefícios para a comunidade e o esclarecimento de todas as dúvidas a respeito da pesquisa.

Com a autorização e presença das líderes, foram iniciadas as pesquisas domiciliares. A população alvo compreendeu os moradores da comunidade quilombola, com 35 domicílios previamente identificados para participação no estudo. A amostra foi composta pelos chefes de família ou responsáveis presentes no momento da visita. Foi empregada uma amostragem intencional não probabilística, incluindo todos os chefes de família ou responsáveis disponíveis nos domicílios mapeados.

As variáveis analisadas neste estudo incluíram:

- Socioeconômicas e demográficas: idade, sexo, raça/cor, escolaridade e renda;
- Variáveis relacionadas à insegurança alimentar: grau de acesso e disponibilidade de alimentos, baseados na classificação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

Os materiais utilizados para a coleta de dados incluíram:

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), impresso (Apêndice A);
- Questionário socioeconômico e EBIA (Apêndices B e C);
- Pranchetas e canetas para anotações;
- Gravadores de áudio (em caso de consentimento verbal de participantes analfabetos).

A coleta de dados foi realizada presencialmente por uma equipe composta por duas discentes e a docente responsável pelo estudo. As etapas incluíram:

1. Recrutamento:

Foram realizadas visitas domiciliares para apresentação do projeto e entrega do TCLE. Os participantes tiveram até sete dias para analisar o termo e consentir na participação, com contatos realizados por telefone e, em caso de insucesso, visitas domiciliares adicionais.

2. Aplicação dos Questionários:

O primeiro questionário aplicado foi o socioeconômico, adaptado a partir do VIGITEL/2019 e da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS, 2019), coletando dados sobre idade, sexo, raça/cor, escolaridade e renda. O segundo questionário foi a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que avaliou a segurança alimentar dos domicílios e classificou em quatro níveis: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, moderada e grave.

A aplicação foi conduzida em local escolhido pelo participante dentro do domicílio, com leitura pausada das perguntas e anotações realizadas pela equipe. O tempo médio de aplicação foi de 10 minutos por participante.

Os dados coletados foram transcritos para uma planilha e organizados para análise. Nível de significância estatística: adotado em 5% ($p < 0,05$).

O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Goyazes – UniGoyazes, sob o protocolo de aprovação nº 77608824.1.0000.9067. A pesquisa seguiu todas as diretrizes éticas previstas na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o consentimento informado e a confidencialidade dos dados dos participantes.

RESULTADOS

A pesquisa realizada na Comunidade Quilombola Vó Rita, em Trindade, contou com a participação de 28 pessoas, abrangendo 80% das famílias previamente mapeadas. Os dados coletados foram analisados quanto aos níveis de Insegurança Alimentar (IA) e às variáveis socioeconômicas e demográficas dos participantes.

Dentre os 28 domicílios, a maioria (60,71%) tinha como responsável mulher negra, seguida de homem parda, com 17,85%. Mulher branca, homem branco e homem negro representavam 7,14%. Mulher parda representava apenas 3,57%. Menor escolaridade e menor renda familiar per capita foram encontradas em domicílios com responsável mulher negra, em que 35,71% tinham até o Ensino Fundamental e

35,71% tinham renda familiar de até 1 salário mínimo per capita.

Domicílios com esses responsáveis também apresentaram maiores níveis de Insegurança Alimentar (Tabela 1).

As prevalências de insegurança alimentar foram mais elevadas nos domicílios chefiados por mulheres negras (insegurança alimentar leve: 10,71%, insegurança alimentar moderada: 21,43% e insegurança alimentar grave: 7,14%) (Tabela 2).

Tabela 1

Características socioeconômicas da população, segundo raça/cor do chefe de família

Características	Homem branco	Mulher branca	Homem parda	Mulher parda	Homem negro	Mulher negra
	%	%	%	%	%	%
Nível de escolaridade						
Ensino fundamental	0	3,57	7,14	0	0	35,71
Ensino médio	3,57	0	7,14	0	0	3,57
Ensino superior	0	3,57	3,57	3,57	7,14	17,85
Renda familiar per capta						
>1 salário mínimo	0	0	0	0	0	10,71
1 salário mínimo	0	0	0	3,57	3,57	25
<1 salário mínimo	7,14	3,57	17,86	3,57	3,57	21,42

Salário mínimo referente ao ano de 2024 – R\$ 1.412,00

Tabela 2

Prevalência de segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar segundo raça/cor e sexo do chefe de família

Classificações	Homem branco	Mulher branca	Homem parda	Mulher parda	Homem negro	Mulher negra
Segurança alimentar	3,57	3,57	7,14	0	3,57	21,43
IA ¹ leve	3,57	0	10,71	7,14	0	10,71
IA ¹ moderada	0	0	0	0	3,57	17,85
IA ¹ grave	0	0	0	0	0	7,14

Resultado obtido da aplicação do questionário EBIA

Insegurança Alimentar¹

Tabela 3

Associação entre insegurança alimentar e níveis de escolaridade

Escolaridade	Insegurança alimentar leve	Insegurança alimentar moderada	Insegurança alimentar grave
Ensino fundamental incompleto	33,33	50	100
Ensino fundamental	0	0	0
Ensino médio incompleto	11,11	16,67	0
Ensino médio	44,44	0	0
Ensino superior	11,11	33,33	0

*Resultado obtido da aplicação do questionário socioeconômico***Tabela 4**

Associação entre insegurança alimentar e renda per capta

Renda	Insegurança alimentar leve	Insegurança alimentar moderada	Insegurança alimentar grave
>1 salário mínimo	11,11	33,33	0
1 salário mínimo	33,33	33,33	100
<1 salário mínimo	55,55	33,33	0

Resultado obtido da aplicação do questionário socioeconômico

Na análise por escolaridade, a insegurança alimentar leve apresentou maior associação com escolaridade até ensino fundamental incompleto e médio completo no qual mais da metade dos domicílios são chefiados por homens pardas. A insegurança alimentar moderada apresentou maior relação com baixos níveis de escolaridade (ensino fundamental ou médio incompleto), sendo a maioria chefiados por mulheres pretas. A insegurança alimentar grave está relacionada a baixos graus de escolaridade, ensino fundamental incompleto, em domicílios em que a responsável é mulher preta (Tabela 3).

A análise por renda indica que a insegurança alimentar leve está associada a todos os níveis de salário com prevalência em mais de um salário mínimo. A insegurança moderada está bem distribuída em todos os níveis de salário. Por outro lado, a insegurança grave está fortemente associada a renda familiar de no máximo 1 salário mínimo per capta (Tabela 4).

DISCUSSÃO

A análise dos resultados adquiridos na pesquisa, permitiu alcançar os objetivos propostos, caracterizando os níveis de insegurança alimentar (IA) na Comunidade Quilombola de Vó Rita de Trindade e identificando os percentuais e prevalências dos diferentes níveis de insegurança entre os participantes. Observou-se que mais de 60% das famílias convivem com algum grau de insegurança alimentar, sendo os níveis leve (32,14%) e moderado (21,42%) os mais prevalentes. Esses dados indicam a persistência de limitações ao acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais dessa população.

Os resultados são consistentes com estudos realizados em outras comunidades quilombolas no Brasil. Pesquisa realizada por Silva et al. (2019), na Bahia, identificou prevalência de insegurança alimentar em 74% das famílias, com maior concentração nos níveis leve e moderado dentro do quilombo. Esses dados ressaltam a vulnerabilidade alimentar presente em territórios de comunidades tradicionais, mesmo em contextos urbanos, onde teoricamente há maior disponibilidade de recursos e infraestrutura.

No contexto da presente pesquisa, a associação entre maior escolaridade, maior renda familiar e maior prevalência de segurança alimentar é clara, reforçando evidências de que fatores socioeconômicos desempenham papel central na segurança alimentar, conforme apontado por Santos et al. (2019). A concentração de indivíduos com ensino superior completo e renda superior a dois salários mínimos no grupo com segurança alimentar indica que a educação e o poder aquisitivo são determinantes diretos na capacidade de acesso à alimentação adequada.

A comparação dos níveis de IA moderada e grave com outros estudos também revela um padrão preocupante. Em um estudo de Monteiro et al. (2021), realizado em comunidades urbanas periféricas, foi identificado que a insegurança alimentar grave esteve presente em 10% das famílias avaliadas, similar aos 7,14% encontrados na Comunidade Vó Rita de Trindade. Essa semelhança sugere que populações em territórios urbanos marcados por desigualdade socioeconômica enfrentam desafios semelhantes aos das áreas rurais, com implicações diretas na saúde e bem-estar da população.

Por outro lado, a prevalência de insegurança alimentar leve (32,14%) indica que muitas famílias estão no limite da vulnerabilidade, podendo rapidamente transitar para

níveis mais graves diante de mudanças negativas no contexto socioeconômico. Esse dado ressalta a importância de ações preventivas e programas de assistência social, como o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional por meio de políticas públicas direcionadas.

Além disso, a inexistência de um nutricionista na Unidade Básica de Saúde (UBS) da comunidade representa um obstáculo à promoção da alimentação adequada e saudável. A presença de programas como a Academia da Saúde é relevante, mas insuficiente para atender a demanda de populações quilombolas, historicamente marcadas pela exclusão social e econômica.

Por fim, os resultados obtidos destacam a relevância de pesquisas que evidenciam a insegurança alimentar em territórios urbanos quilombolas, contribuindo para o debate sobre desigualdades estruturais e subsidiando intervenções locais e políticas públicas. É essencial que sejam desenvolvidas ações integradas, envolvendo acesso a alimentos, educação nutricional e fortalecimento das condições socioeconômicas, a fim de promover a segurança alimentar nessa comunidade.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada na comunidade quilombola Vó Rita, localizada no município de Trindade (GO), evidenciou a persistente e complexa realidade da insegurança alimentar entre as famílias quilombolas. Os resultados mostraram que 60,71% dos participantes convivem com algum grau de insegurança alimentar, com destaque para os níveis leve e moderado, que representam a maior parte da amostra. Esses achados são alarmantes, considerando-se as condições históricas e estruturais que afetam essas populações.

A insegurança alimentar observada na comunidade está estreitamente relacionada a fatores socioeconômicos, como a renda, escolaridade e principalmente cor e sexo, onde lares chefiados por mulheres pretas são os mais atingidos pela insegurança. A prevalência de segurança alimentar foi maior entre os indivíduos brancos e pessoas de maior nível educacional e renda, o que sugere que políticas públicas voltadas para o aumento da escolaridade e a melhoria das condições econômicas podem ser medidas eficazes na minimização da insegurança alimentar. Contudo, o fato de mulheres pretas que possuem somente o ensino fundamental incompleto e uma renda per capita de 1 salário mínimo, serem vítimas da insegurança

alimentar grave, evidencia a urgência de políticas públicas focadas na redução das desigualdades, tanto em termos de acesso a alimentos quanto em termos de fortalecimento da autonomia econômica das famílias quilombolas. Essas políticas podem incluir, por exemplo, a promoção da agricultura sustentável e o incentivo a práticas alimentares locais, além de ações que garantam o acesso aos direitos básicos de educação, saúde e trabalho.

A pesquisa destaca a necessidade de atenção especial às comunidades quilombolas, que, embora beneficiadas por programas sociais, continuam a enfrentar barreiras estruturais que limitam seu acesso a alimentos adequados e suficientes. As políticas públicas, portanto, devem ir além da transferência de renda, promovendo uma verdadeira transformação social e econômica, com foco na autonomia alimentar e na garantia de direitos fundamentais.

Por fim, os dados aqui apresentados reforçam a importância de se realizar mais estudos sobre a insegurança alimentar nas comunidades quilombolas, uma vez que esses povos enfrentam desafios únicos e interligados, que exigem respostas específicas e eficazes, tanto a nível local quanto nacional.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, A. S.; SILVA, D. O. **Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuaçu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 18, 2013.

FERREIRA, P. F.; PONTES, A. N.; PAULA, M. T.. **Agricultura familiar e segurança alimentar na Comunidade Quilombola África, Abaetetuba (PA).** Natural Resources, v.8, n.2, p.60-65, 2014.

FIGUEIREDO, M.; MARIA Silveira Boaz, C.; MARIA Bonacina, C.; KAPPER Fabricio, F.; VALENÇA Correia Leandro da Silva, K. **Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil.** Revista da Faculdade de Odontologia - UPF, [S. l.], v. 16, n. 2, 2011

FURTADO, M. B., SUCUPIRA, R. L., & ALVES, C. B. (2014). **Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural.** Psicologia & Sociedade, 26(1), 106-115.

GUBERT, M. B.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; SPANIOL, A.; PEDROSO, J. **Insegurança alimentar doméstica em comunidades de negros descendentes de escravos no Brasil: o legado da escravidão realmente acabou?** Public Health Nutrition, Universidade de Cambridge, v. 20, 2020.

MONTEIRO CA COSTA CS, SATTAMINI IF, MARTÍNEZ STEELE E, LOUZADA MLC, CLARO RM, COSTA CS. **Consumo de alimentos ultraprocessados e associação com fatores sociodemográficos na população adulta das 27 capitais brasileiras** (2019). Rev Saude Publica. 2021

PANIGASSI, G.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEÓN, L.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SAMPAIO, M.

F. A.; MARANHA, L. K. **Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional.** Cadernos de Saúde Pública, v. 24, p. 2376-84, 2008.

POURMOTABBED A, MORADI S, BABAEI A, et al. **Insegurança alimentar e saúde mental:**

uma revisão sistemática e meta-análise. Nutrição em Saúde Pública. 2020

SABIÃO, T. S. et al. **Food insecurity and symptoms of anxiety and depression disorder during the COVID-19 pandemic: COVID-Inconfidentes, a population-based survey.** SSM - Population Health, v. 19, 1 set. 2022.

SANTOS, A. **O sabor da História: práticas alimentares e identidade Quilombola.** Intratextos, Rio de Janeiro, número especial 03, pp. 54-71, 2012.

SILVA et al. **Caracterização sociodemográfica e insegurança alimentar em comunidades quilombolas no estado de goiás.** In: anais do iv encontro nacional de pesquisa em soberania e segurança alimentar, 2019, Goiânia. Anais eletrônicos..., Campinas, Galoá, 2019.

SILVA EKP et al., **Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?** Cad. Saúde Pública 2017;

SILVA et al., **Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades quilombolas no Brasil: uma revisão da literatura indexada.** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 27, p. e020003, 2019.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. II VIGISAN: relatório final. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE - Via do Participante

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), de uma pesquisa que tem por objetivo estimar a prevalência de Insegurança Alimentar e analisar a associação com aspectos socioeconômicos e demográficos entre famílias do Quilombo Vó Rita de Trindade-GO. Meu nome é Thainá Gomes Pinheiro, sou a pesquisadora responsável, minha área de atuação é a nutrição. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine ao final do documento, que está em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador(a) responsável. Caso prefira declarar oralmente o seu consentimento, nossa equipe irá gravar a sua declaração, nesse caso não é necessário assinatura. Desde logo fica garantido o sigilo das informações. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável via e-mail (thaina.pinheiro@unigoyazes.edu.br), ou via ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do seguinte contato telefônico: (62) 99634-4784. Disponibilizamos ainda o contato do Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário UniGoyazes contato@unigoyazes.edu.br/ou telefone: (62) 3506-9300.

Título da pesquisa:

INSEGURANÇA ALIMENTAR E FATORES ASSOCIADOS ENTRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA VÓ RITA – TRINDADE GOIÁS

O objetivo do estudo é identificar os níveis de Insegurança Alimentar entre as famílias da comunidade quilombola Vó Rita. Além disso identificar possíveis associações entre os níveis de Insegurança Alimentar e características socioeconômicas – renda, nível de escolaridade, sexo, idade, raça ou cor. Esse trabalho é importante pois pode levantar informações para que o tema ganhe visibilidade e a partir disso direcione elaboração de ações que promovam melhorias das condições alimentares como acesso à alimentação adequada e quantidade e qualidade seguras.

Este documento é um termo, no qual você irá assinar caso concorde em participar da pesquisa, sendo necessário assinar as duas vias deixadas com você.

Como você poderá participar da pesquisa?

Caso concorde em participar deste estudo, a equipe de pesquisa, visitará sua casa novamente, em um dia marcado com antecedência, para aplicar os questionários. Os questionários possuem perguntas sobre segurança alimentar/ insegurança alimentar, além de dados sociodemográficos (renda, escolaridade, idade, sexo e raça/cor). Durante a entrevista, você pode interromper a qualquer momento se tiver dúvidas ou sentir desconforto. A entrevista ocorrerá na parte da casa onde você se sentir mais confortável.

Os questionários são compostos com perguntas abertas e fechadas e levará em torno de 20 minutos uma boa audição. Ao concordar com este termo você também nos dará autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional, ressaltamos que todos os seus dados pessoais serão mantidos em absoluto sigilo.

Quais os riscos você corre em participar da pesquisa:

Ao aceitar participar do estudo, algumas perguntas podem lhe causar alguns desconfortos emocionais e um possível constrangimento de ordem moral, emocional e/ou psicológica, podendo ocorrer durante a entrevista e até mesmo após a mesma.

O que faremos para minimizar esses riscos:

Para reduzirmos esse possível desconforto em você, explicaremos as questões dos questionários antes de iniciarmos a sua aplicação, e se não se sentir confortável ou por qualquer outro motivo, você poderá parar de responder as perguntas em qualquer momento, sem haver nenhum prejuízo e opressões de qualquer espécie e também poderá ter o encaminhamento para um profissional de saúde mental, caso necessário.

Outras informações importantes:

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

Você tem plena garantia da liberdade de recusar-se a participar da pesquisa, ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem necessidade de comunicado prévio.

Destaca-se os benefícios que trará a pesquisa caso concorde em participar, nesse sentido evidencia-se o cunho socioeconômico dos dados levantados e seus impactos nas políticas de alimentação no município, servindo de base para elaboração de políticas intersetoriais de alimentação e nutrição e demais estratégias entre Povos e Comunidades Tradicionais.

Durante o preenchimento dos questionários você terá total assistência e acompanhamento pelas pesquisadoras, e quando achar necessário poderá solicitar auxílio das mesmas.

Declaração do pesquisador responsável:

Eu, pesquisador responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima e que o participante terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios devido a sua participação nesse estudo; e que suas informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo. O participante poderá sair do estudo quando quiser, sem qualquer penalização. Se tiver algum custo por participar da pesquisa, será ressarcido; e em caso de dano decorrente do estudo, terá direito a indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder.

Consentimento do Participante de Pesquisa:

Eu, _____, abaixo assinado, discuti com os pesquisadores sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência, confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante de pesquisa

Data: ____/____/____

Thainá Gomes Pinheiro

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Data: ____/____/____

Assinatura datiloscópica

Testemunhas em caso de uso da
assinatura datiloscópica

Data: ____/____/____

Testemunhas em caso de uso da
assinatura datiloscópica

Data: ____/____/____

APÊNDICE B – Questionário Socioeconômico e EBIA

Projeto de pesquisa: INSEGURANÇA ALIMENTAR E FATORES ASSOCIADOS ENTRE A
COMUNIDADE QUILOMBOLA VÓ

RITA – TRINDADE GOIÁS

Nome do participante: _____
Data de aplicação do questionário: _____
Características sociais e econômicas Marcar um “X” na resposta correspondente.
1.Data de Nascimento: _____/_____/_____
2.Qual a sua idade? _____(em anos completos). (77) Não quis responder (88) Não sabe
3.Sexo: (1) Feminino (2) Masculino (3) Prefiro não responder (77) Não quis responder
4.Qual a sua cor da pele ou etnia? (1) Branca (2) Preta (3) Parda (4) Amarela (5) Outro (favor especificar): _____ (77) Não quis responder (88) Não sabe
5.Qual o seu estado civil? (1) Casado/união estável/amasiado (2) Separado/divorciado/desquitado (3) Viúvo (4) Solteiro (77) Não quis responder (88) Não sabe

6. Qual seu nível de escolaridade?

(Caso o participante tenha dúvidas: até que série o senhor (a) estudou? _____)

(0) Não estudou

(1) Ensino fundamental incompleto

(2) Ensino fundamental completo (até o 9º ano do ensino fundamental)

(3) Ensino médio incompleto

(4) Ensino médio completo (até o 3º ano do ensino médio)

(5) Escola técnica ou curso profissionalizante

(6) Ensino superior incompleto

(7) Ensino superior completo

(8) Pós-graduação incompleta

(9) Pós-graduação completa (especialização, mestrado, doutorado)

(77) Não quis responder

(88) Não sabe

8. Como você descreveria sua situação atual de emprego?

(1) Trabalho em período integral (35 horas por semana ou mais)

(2) Trabalho meio período

(3) Desempregado (a), procurando emprego (pular para a questão 10)

(4) Desempregado (a), não procurando emprego (estudante, aposentado (a) por idade ou por invalidez, dono (a) de casa, etc.) (pular para a questão 10)

9. Se trabalha, seu trabalho é:

(1) Formal (qualquer tipo de formalização: CLT, pessoa jurídica, servidor público e autônomo)

(2) Informal

(77) Não quis responder

(88) Não sabe

(99) Não se aplica

10. Quantas pessoas moram com o(a) senhor(a) e qual(is) a(s) idade(s)? (Considerar anos completos, caso contrário, colocar 0. Todos os campos devem ser preenchidos).

(1) Sozinho(a)

(2) Menor de 2 anos: _____

(3) De 2 a 6 anos: _____

(4) De 7 a 9 anos: _____

(5) De 10 a 19 anos: _____

(6) De 20 a 59 anos: _____

(7) Maior de 60 anos: _____

(77) Não quis responder

(88) Não sabe

Total de pessoas que moram _____

11. Qual é a renda mensal da sua família?

(1) menos que um salário mínimo (<R\$1.100,00)

(2) um salário mínimo (R\$1.100,00)

(3) dois a três salários mínimos

(4) quatro a cinco salários mínimos

(5) mais que cinco salários mínimos

(6) Prefiro não dizer

(99) Não se aplica

ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

Respostas: sim ou não, sendo que cada resposta afirmativa corresponde a 1 ponto.

As questões que determinaram os níveis de SA/ IA (IA Leve, Moderada ou Grave) tem sempre como referência os

últimos três meses. Assim, pergunta-se: “Nos últimos três meses_____”:

1.os(as) moradores(a) deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

(0) Não (1) Sim

2. os alimentos acabaram antes que os(s) moradores(as) deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

(0) Não (1) Sim

3.os(as) moradores(as) deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

(0) Não (1) Sim

4.os(as) moradores(as) deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou? (0) Não (1) Sim
5.algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida? (0) Não (1) Sim
6.algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida? (0) Não (1) Sim
7.algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida? (0) Não (1) Sim
8.algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida? (0) Não (1) Sim
Caso tenha moradores(as) menores de 18 anos no domicílio:
9.algum(a) morador(a) com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida? (0) Não (1) Sim
10.algum(a) morador(a) com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida? (0) Não (1) Sim
11.alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida? (0) Não (1) Sim
12.alguma vez, algum(a) morador(a) com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida? (0) Não (1) Sim
13.alguma vez, algum(a) morador(a) com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida? (0) Não (1) Sim
14.alguma vez, algum(a) morador(a) com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida? (0) Não (1) Sim